

Balanço Social: uma análise comparativa entre objetivos propostos na literatura e a realidade empírica

Social Balance: comparative analysis between goals proposed in the literature and empirical reality

Diocesar Costa de Souza¹

Marcos Roberto Kuhl²

Vicente Pacheco³

Resumo

O relacionamento das empresas com o meio em que está inserida é cada vez mais discutido, em função principalmente da livre concorrência, do efeito globalização e do avanço tecnológico. A sociedade tem exigido cada vez mais informações sobre esse relacionamento, e a Contabilidade pode fornecer informações relevantes por meio do Balanço Social (BS). Os anos 60 e a Guerra do Vietnã foram marcos para a história do BS, que no Brasil passou a ser divulgado de forma mais consistente apenas a partir do final dos anos 90, com incentivo do sociólogo Betinho e, segundo o modelo do IBASE. O objetivo deste estudo é verificar quais informações relevantes podem ser extraídas do BS, segundo o modelo do IBASE, divulgado pelas empresas brasileiras e, principalmente, se a partir dessas informações o BS está conseguindo atingir os principais objetivos propostos na literatura. Os objetivos levantados na literatura, segundo os conceitos do BS, são demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio, refletir o comprometimento com as necessidades básicas da população e suprir as necessidades de informações de caráter social e ecológico. Foram pesquisadas 69 empresas que apresentaram o BS, representando 21% das empresas que divulgam o BS segundo o modelo IBASE, no período selecionado. As informações extraídas dos BS podem ser consideradas interessantes, mas são pouco relevantes para cumprir os objetivos propostos pela literatura. Conclui-se que o modelo IBASE de BS necessita evoluir, contemplando mais informações para que seja possível atingir aos objetivos que a literatura determina para o BS.

Palavras-chave: Balanço Social; Contabilidade Social; Informação Social.

Abstract

The relationship of companies with the environment in which it is inserted is increasingly discussed, primarily on the basis of free competition, the effect of globalization and the technological advancement. Society has demanded more and more information about this relationship, and Accounting can provide relevant information through the Social Balance (BS). The 1960s and the Vietnam War were landmarks in the history of Social Balance, which in Brazil was reported more consistently only from the middle of 1990, with encouragement from the sociologist Betinho and following the IBASE (Brazilian Institute of Social and Economic Analyses) model. The objective of this

1 Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Brasil. Possui mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. Contato: diocesarsouza@yahoo.com.br

2 Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Brasil. Possui mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. Contato: marcosrobertokuhl@yahoo.com.br

3 Professor da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Contato: vpacheco@ufpr.br

study is to ascertain what relevant information can be extracted from the Social Balance, according to the IBASE model, issued by Brazilian companies, and especially if based on this information the Social Balance is getting to achieve the key objectives proposed in the literature. The objectives lifted in the literature, according to the concepts of the Social Balance, are to demonstrate the result of the company interaction with the environment, to reflect the commitment to the needs of the population and meet the information needs of social and ecological character. We searched 69 companies that presented the BS, representing 21% of the companies that reporting the Social Balance modeled IBASE the selected period. The information obtained from the Social Balance can be considered interesting, but is little relevant to meet the objectives proposed in the literature. It was concluded that the IBASE model Social Balance needs to evolve, addressing more information so that you can achieve the goals that the literature determines for the Social Balance.

Key words: Social Balance; Social Accounting; Social Information.

1 introdução

O desenvolvimento tecnológico e a abertura do mercado têm contribuído substancialmente para o acirramento da concorrência. Em função disso a população tem se conscientizado, unido e passou a ter influência na condução da política e da economia, não somente do governo, mas também nas empresas que auferem lucros à custa de prejuízos sociais e ambientais (RIBEIRO, 2005, p. 2).

Ultimamente é comum ver e ouvir nos meios de comunicação fatos relacionados à responsabilidade das empresas com relação ao meio em que estão inseridas, principalmente quando relacionados aos aspectos sociais e ambientais. Segundo Oliveira (2005, p. 3), "Responsabilidade Social ou Sócio - Ambiental de Empresas (RSE) é um tema recente, mas de crescente interesse na mídia, empresariado, academia, governo, e sociedade civil no Brasil".

O indivíduo enquanto pessoa jurídica, é que realmente pode ser responsabilizado, já que são as empresas que mais interagem com o meio em que estão inseridas, e também são as que mais podem fazer frente a essas responsabilidades.

Mesmo que se considere que a responsabilidade social das empresas se limita a gerar empregos e a pagar seus empregados, impostos e remunerar os investidores, conforme destacado por Tinoco (2002, p. 70), quando diz que "Ao nosso juízo, a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, [...]", a idéia da responsabilidade social das empresas vai além dessas meras obrigações formais.

A responsabilidade social da empresa pode ser resumida como sendo a responsabilidade que ela tem para com o meio em que está inserida, tanto social, como ambiental, ou seja, compreende a integração entre a empresa e os elementos importantes para sua subsistência, sociedade e meio ambiente. Essa responsabilidade advém do fato de que a empresa, enquanto sistema aberto e dinâmico interage com o ambiente sendo influenciado por ele, mas principalmente influenciando esse meio.

A influência que a empresa exerce sobre o meio pode apresentar caráter benéfico, como a geração de emprego, renda, entre outros, mas também pode apresentar caráter maléfico, tal como a poluição, desmatamento, bolsões de pobreza, discriminação de gênero, raça e de idade, salários baixos, dentre outros.

A grande dificuldade é dimensionar a responsabilidade social das empresas e identificar o que elas têm feito para retribuir ao meio pelos recursos que esse lhes fornece, ou seja, "[...], necessário se faz demonstrar o que está sendo feito" (RIBEIRO, 2005, p. 3).

É na Contabilidade, principalmente a Contabilidade Social, por meio do demonstrativo contábil chamado Balanço Social (BS), que se podem fornecer informações relevantes sobre a forma como as empresas estão retribuindo ao meio. "As demonstrações contábeis representam o principal canal de comunicação entre a sociedade e a empresa que presta contas à comunidade, sobre sua conduta e estado patrimonial" (RIBEIRO, 2005, p. 3).

Não existe um padrão formal de apresentação das informações do BS, mas existe um modelo amplamente reconhecido no Brasil, o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Um número considerável de empresas brasileiras divulga seu BS, segundo este modelo, e muitas outras em outros modelos.

Diante do exposto, a questão que surge é se as informações do BS, modelo IBASE, atingem os objetivos propostos na literatura para o BS. Portanto, o objetivo deste estudo é verificar quais informações relevantes podem ser extraídas do BS, segundo o modelo do IBASE, divulgado pelas empresas brasileiras e, principalmente, se a partir dessas informações esse modelo está conseguindo atingir os principais objetivos propostos na literatura.

O estudo se justifica pela crescente importância dada à responsabilidade social corporativa (CSR) pela literatura (McWILLIAMS; SIEGEL; WRIGHT, 2006; DOH; GUAY, 2006; WADDOCK, 2008; entre outros) e, principalmente, pela necessidade de evidência dessa responsabilidade, como destacado por Stöström e Welford (2009, p. 281 – tradução livre): “uma parte crucial da CSR é a transparência e a responsabilidade na qual implica uma maior ênfase na evidência.”

Não se pretende com isso diminuir a importância do modelo e da iniciativa do IBASE, mas contribuir para o debate com vistas ao aprimoramento da Ciência Contábil, ao aperfeiçoamento dos meios de evidência da contrapartida empresarial para a sociedade e ao incentivo às empresas para divulgarem o BS. Entende-se que a divulgação, segundo um modelo, pode prejudicar a evidência de informações ímpares, mas sem um modelo cada empresa fará de uma forma diferente, conforme apontado por Pinto e Ribeiro (2004, p. 32 – nosso grifo) em seu estudo: As entidades adotam modelos diferentes e publicam os dados das mais variadas formas. Um mesmo indicador é expresso em valores por algumas organizações, em quantidades físicas ou percentuais por outras. Isso impossibilita ao usuário fazer comparações entre empresas”.

Este estudo está dividido, além desta introdução, em mais quatro partes, sendo que a

segunda trata da revisão da literatura, a terceira trata dos aspectos metodológicos, a quarta trata do estudo exploratório e a quinta traz as considerações finais.

2 Revisão da literatura

2.1 Contabilidade Social

Segundo a teoria dos sistemas, a empresa está inserida dentro do contexto social e ambiental e interage com esse meio. Neste processo de interação (inter-relação), as empresas causam e recebem impactos do meio (empregados, sociedade, ambiente, etc.). Os impactos da empresa sobre o meio, e vice-versa, podem ser tanto de forma positiva, quanto de forma negativa. Mais especificamente, os impactos que a empresa causa sobre o meio, e principalmente os impactos negativos, são muito questionados nos últimos anos, conforme Marques (2004, p. 308) “Os frequentes problemas sociais e ambientais que vêm ocupando a mídia de quase todos os países acabaram por atrair a atenção dos pesquisadores de diversas áreas para o novo contexto”.

A grande dificuldade é dimensionar a responsabilidade social das empresas e identificar o que elas têm feito para retribuir ao meio pelos recursos que ele lhes fornece, ou seja, “[...], necessário se faz demonstrar o que está sendo feito” (RIBEIRO, 2005, p. 3).

A Contabilidade Social surge como um instrumento capaz de medir esses impactos, gerando, demonstrando e analisando o perfil da responsabilidade social e ecológica das entidades. Para Lisboa Neto (2003, p. 46), “A contabilidade social é um produto da conscientização, por parte das empresas, de sua responsabilidade social”, e para Marques (2004, p. 308) “a Contabilidade absorveu também essas preocupações e vem desenvolvendo instrumentos para medir os níveis de envolvimento e contribuição das organizações à comunidade”. Os principais instrumentos que a Contabilidade vem desenvolvendo atualmente são: Balanço Social (BS) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), sendo esta última já objeto de regulamentação dos

critérios de elaboração por meio de Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em outubro de 2008.

Na sequência será dada ênfase apenas ao BS que é o foco principal deste estudo.

2.2 Balanço Social (BS)

Em Contabilidade, a denominação Balanço dá a noção de equilíbrio, como acontece no Balanço Patrimonial, mas que não ocorre no BS. Sendo assim, a denominação BS não é a mais precisa para representar o demonstrativo que fornece informações de caráter social, entretanto, a ela já foi incorporada em nível mundial e, portanto, é adotada também neste estudo. Segundo Kroetz (2000, p. 78), alguns autores entendem “que a expressão utilizada deveria ser relatório de informações sociais, que é mais preciso [...]”.

Segundo Sá (apud KROETZ, 2000, p. 55), em 1939, a empresa alemã AEG já publicava o BS. Entretanto o período considerado como marco inicial do BS no mundo são os anos 60, nos Estados Unidos da América, onde a sociedade criticava o governo Nixon e as entidades que o apoiavam, em função da Guerra do Vietnã. Nessa época, a sociedade exigia das empresas uma postura moral e ética perante os cidadãos por meio do fornecimento de informações relativas às relações sociais, dentro e fora das empresas.

O surgimento e a evolução do BS ao redor do mundo acompanham a tendência americana, ou seja, a exigência da sociedade por informações das empresas com foco nas relações sociais. Na maioria dos países a iniciativa da sociedade, ou das próprias empresas, é que deu origem a divulgação de informações sociais. No entanto, em alguns países ainda impera a determinação legal para que essas informações sejam fornecidas à sociedade.

A primeira abordagem a investigar a responsabilidade social de um empreendimento se deu em 1962, quando o professor Raymond Bauer foi encarregado pela Nasa para fazer investigações sobre as conseqüências sócio-culturais do programa espacial (Amorin apud KROETZ, 2000, p. 54).

Kroetz (2000, p. 55) afirma que ao final da década de 70 foram desenvolvidos modelos de BS por americanos, europeus e latino-americanos, “segundo os interesses, particularidades e culturas próprias”.

Conceitualmente o “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre esses os funcionários” (TINOCO, 2001, p. 14).

Segundo Lisboa Neto (2003, p. 53):

O balanço social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas, com ênfase no social, que tem por finalidade transmitir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias, mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, parceiros, consumidores e comunidade.

Para Ludícibus *et al.* (2003, p. 34), “o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

Nesses dois conceitos, é possível perceber dois enfoques distintos. No primeiro, sobressai o enfoque de instrumento de gestão e, no segundo, destaca-se o enfoque de prestação de contas à sociedade. Mesmo assim, os dois conceitos não se contradizem, mas sim se complementam.

Ainda com relação aos dois conceitos, o primeiro afirma que o BS deve informar aos mais diferentes usuários, enquanto que o segundo destaca a sociedade como principal usuário dessas informações. Nesses dois casos, a determinação de usuário é bastante ampla.

Para reduzir essa amplitude Tinoco (2001, p. 34) relaciona alguns usuários que, segundo ele se destacam na utilização do BS:

- Grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa – os trabalhadores;

- Grupos que se relacionam com a empresa – os clientes, pois de sua confiança vive a empresa;
- Acionistas que aportam recursos a empresas;
- Sindicatos dos trabalhadores;
- Instituições financeiras, fornecedores e credores;
- Autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado;
- Comunidade local;
- Pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião.

Por fim, os conceitos destacados acima definem como objetivo do BS a prestação de informações sociais à sociedade. Também neste caso, a amplitude é um fator restritivo. Segundo Kroetz (2000, p. 79), o BS tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico. Na sequência, esse objetivo genérico é tratado de forma mais específica.

Para Ludícibus *et al.* (2005, p. 33) e Pinto e Ribeiro (2004, p. 24), independente da sua formatação, o BS deve ter por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando-se os aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais e contribuições para a cidadania. Para Lisboa Neto (2003, p. 63), “o balanço social tem como objetivo geral suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico”.

Sob o aspecto de benefícios e contribuições à sociedade, o BS pode refletir o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários nas diferentes áreas (PINTO; RIBEIRO, 2004, p. 27).

Para Kroetz (2000, p. 79) o BS, tem como objetivos:

- Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;

- Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- Formar um banco de dados confiáveis para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/godwill, na imagem do negócio;
- Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social;
- Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Esses objetivos podem ser chamados de objetivos específicos, que têm por finalidade auxiliar no sentido de que os objetivos gerais sejam atingidos.

A partir das considerações apresentadas, é possível determinar quais são os principais objetivos do BS: demonstrar o resultado da interação da

empresa com o meio; refletir o comprometimento com as necessidades básicas da população e; suprir as necessidades de informações de caráter social e ecológico.

Dentro do BS, é comum observar valores relativos ao total de valor adicionado pela empresa e a distribuição desse valor adicionado. Esses valores são encontrados na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é um demonstrativo não obrigatório, segundo a legislação brasileira, vigente em 2007, mas com critérios de elaboração regulamentados pelo CPC a partir de 2008.

3 Aspectos metodológico

3.1 Caracterização do Estudo

Segundo Collis e Hussey (2005, p. 23), os tipos de pesquisa podem ser classificados de acordo com:

- O objetivo da pesquisa - os motivos pelos quais você a está realizando;
- O processo da pesquisa - a maneira pela qual você coletará e analisará seus dados;
- A lógica da pesquisa - se você está se movendo do geral para o específico ou vice-versa;
- O resultado da pesquisa - se você está tentando resolver um determinado problema ou fazer uma contribuição geral para o conhecimento.

Então, quanto ao objetivo, trata-se de pesquisa exploratória; quanto ao processo da pesquisa: qualitativa; quanto ao resultado da pesquisa: aplicada; quanto à lógica da pesquisa: indutiva.

3.2 Métodos

Quanto aos métodos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. Quanto ao horizonte de tempo tem-se um estudo longitudinal. Quanto ao método da coleta de dados, tratam-se de dados secundários.

No tocante ao método de tratamento e análise dos dados, será usada apenas estatística descritiva.

3.3 Seleção da amostra

A amostra selecionada corresponde aos Balanços Sociais divulgados em 2004 e 2005, respectiva e concomitantemente, por empresas brasileiras, disponíveis no banco de dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), disponível em www.ibase.org.br ou www.balancosocial.org.br. Optou-se por utilizar dois anos, para se poder evidenciar a evolução das informações, mesmo que superficialmente, ao menos em termos monetários, já que em termos qualitativos apenas o último já seria suficiente. A escolha dos anos de 2004 e 2005, e não 2007 e 2008 (os mais recentemente divulgados), não prejudica os resultados obtidos porque a sistemática utilizada e as informações obtidas atualmente seriam praticamente as mesmas, com exceção dos resultados econômico-financeiros, no entanto, isso provavelmente será objeto de estudo futuro com caráter comparativo. Comparando os modelos do BS do IBASE em 2004/2005, e em 2007/2008, não se visualiza qualquer diferença em termos de estrutura.

Das aproximadamente 330 empresas que disponibilizavam seus balanços sociais, no final de 2006, no banco de dados do IBASE, apenas 116 divulgaram os mesmos nos dois anos selecionados para estudo, o que corresponde a aproximadamente 35% do total de empresas com BS disponível no site do IBASE. Depois dessa seleção inicial, foram excluídas da amostra 3 empresas, sendo uma por não apresentar os valores de receita líquida e outras 2 por não apresentar indicadores externos. Também foi excluído o BS da Petrobras, já que ela apresentava valores que correspondiam, na maioria dos casos, a mais de 30% do total de todas as empresas, fato que poderia distorcer as análises. Nesse momento a amostra totalizava 112 empresas, ou seja, 33,94% do universo.

A receita líquida das 112 empresas correspondia a aproximadamente 15,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano 2004 e aproximadamente 15,9% do PIB de 2005. Um parâmetro melhor para demonstrar a importância da amostra é o percentual do valor adicionado em relação ao PIB, mas apenas 69 empresas divulgaram esse valor e sua distribuição nos dois anos, concomitantemente. Nesse caso, a proporção foi aproximadamente 6,7% em 2004 e 7,3% em 2005. A proporção da receita líquida em relação ao PIB, apenas das 69 empresas que restaram na amostra, foi de 11,7% em 2004, e 12,1% em 2005. A amostra final corresponde a aproximadamente 21% do universo de empresas que divulgavam o BS pelo modelo IBASE.

Para o presente estudo será considerado que a inflação no período foi de 5%, já que segundo a FGV (IPC-DI), o DIEESE (ICV), a FIPE (IPC e o IPCA) e o IBGE (INPC) a inflação foi de 4,93%, 4,53%, 4,52%, 5,05% e 5,69, respectivamente, o que resulta em uma média aritmética simples

de 4,94%. Como os dados serão comparados em relações percentuais pequenas diferenças apresentadas pelas taxas não apresentarão discrepâncias relevantes nas análises.

4 Estudo exploratório

4.1 Demonstração dos dados preliminares

O modelo de BS divulgado pelo IBASE pode ser observado no site eletrônico do instituto. Ele possui algumas divisões. Em uma delas estão os dados que servirão como base de cálculo dos percentuais. Os percentuais auxiliam a comparação de ano para ano e até de empresa para empresa, mas sempre mantidas as precauções necessárias quando se fazem comparações.

Num primeiro momento, foram extraídas algumas informações da comparação entre os dados informados em 2004 e em 2005, conforme Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Indicadores sociais internos e externos e valor adicionado 2004.

1. Dados Econômico-Financeiros	2004				
	Em mil R\$.	% da RL	% do VA	% do RO	% da FPB
Receita Líquida (RL)	270.254.530		226,9%	574,1%	801,4%
Valor adicionado (VA)	119.090.596	44,1%		253,0%	353,1%
Resultado Operacional (RO)	47.072.971	17,4%	39,5%		139,6%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	33.722.818	12,5%	28,3%	71,6%	
2. Indicadores Sociais Internos					
Alimentação	2.236.593	0,8%	1,9%	4,8%	6,6%
Encargos sociais compulsórios	7.292.570	2,7%	6,1%	15,5%	21,6%
Previdência privada	1.659.303	0,6%	1,4%	3,5%	4,9%
Saúde	1.453.112	0,5%	1,2%	3,1%	4,3%
Segurança e medicina no trabalho	179.309	0,1%	0,2%	0,4%	0,5%
Educação	66.390	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%
Cultura	26.842	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	341.887	0,1%	0,3%	0,7%	1,0%
Creches ou auxílio-creche	118.746	0,0%	0,1%	0,3%	0,4%
Participações nos lucros ou resultados	2.527.668	0,9%	2,1%	5,4%	7,5%
Outros	581.657	0,2%	0,5%	1,2%	1,7%
Total – Ind. Sociais Internos	16.484.077	6,1%	13,8%	35,0%	48,9%
3. Indicadores Sociais Externos					
Educação	254.258	0,1%	0,2%	0,5%	0,8%
Cultura	238.371	0,1%	0,2%	0,5%	0,7%
Saúde e saneamento	184.693	0,1%	0,2%	0,4%	0,5%
Habituação	34	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Esporte	77.177	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%
Lazer e diversão	230	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Creches	40	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alimentação	1.296	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Combate à fome e seg. alimentar	89.902	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%
Outros	511.995	0,2%	0,4%	1,1%	1,5%
Total das contribuições para a Sociedade	1.357.996	0,5%	1,1%	2,9%	4,0%

(continua)

(continuação)

3. Indicadores Sociais Externos					
Tributos (excluídos enc. sociais)	51.394.044	19,0%	43,2%	109,2%	152,4%
Total – Ind. Sociais Externos	52.752.040	19,5%	44,3%	112,1%	156,4%
Governo	45.671.655	16,9%	38,4%	97,0%	135,4%
Colaboradores	29.309.389	10,8%	24,6%	62,3%	86,9%
Acionistas	13.553.756	5,0%	11,4%	28,8%	40,2%
Terceiros	12.593.447	4,7%	10,6%	26,8%	37,3%
Retido	17.962.349	6,6%	15,1%	38,2%	53,3%
Total - Valor Adicionado	119.090.596	44,1%	100,0%	253,0%	353,1%

Quadro 2 – Indicadores sociais internos e externos e valor adicionado 2005.

1. Dados Econômico-Financeiros	2005				
	Em mil R\$.	% da RL	% do VA	% do RO	% do FPB
Receita Líquida (RL)	308.796.391		220,1%	563,5%	822,1%
Valor adicionado (VA)	140.281.359	45,4%		256,0%	373,5%
Resultado Operacional (RO)	54.804.369	17,7%	39,1%		145,9%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	37.560.001	12,2%	26,8%	68,5%	
2. Indicadores Sociais Internos					
Alimentação	2.499.648	0,8%	1,8%	4,6%	6,7%
Encargos sociais compulsórios	8.201.937	2,7%	5,8%	15,0%	21,8%
Previdência privada	1.780.088	0,6%	1,3%	3,2%	4,7%
Saúde	1.748.144	0,6%	1,2%	3,2%	4,7%
Segurança e medicina no trabalho	188.631	0,1%	0,1%	0,3%	0,5%
Educação	69.824	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%
Cultura	23.272	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	474.958	0,2%	0,3%	0,9%	1,3%
Creches ou auxílio-creche	137.129	0,0%	0,1%	0,3%	0,4%
Participação nos lucros ou resultados	3.582.123	1,2%	2,6%	6,5%	9,5%
Outros	606.636	0,2%	0,4%	1,1%	1,6%
Total – Ind. Sociais Internos	19.312.390	6,3%	13,8%	35,2%	51,4%
3. Indicadores Sociais Externos					
Educação	207.062	0,1%	0,1%	0,4%	0,6%
Cultura	303.349	0,1%	0,2%	0,6%	0,8%
Saúde e saneamento	318.989	0,1%	0,2%	0,6%	0,8%
Habitação	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Esporte	77.103	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%
Lazer e diversão	1.379	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Creches	5	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alimentação	31	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Combate à fome e seg. alimentar	275.155	0,1%	0,2%	0,5%	0,7%
Outros	1.081.277	0,4%	0,8%	2,0%	2,9%
Total das contribuições para a Sociedade	2.264.350	0,7%	1,6%	4,1%	6,0%
Tributos (excluídos enc. sociais)	65.191.916	21,1%	46,5%	119,0%	173,6%
Total – Ind. Sociais Externos	67.456.266	21,8%	48,1%	123,1%	179,6%
4. Destinação do valor adicionado					
Governo	56.758.181	18,4%	40,5%	103,6%	151,1%
Colaboradores	33.174.087	10,7%	23,6%	60,5%	88,3%
Acionistas	15.625.726	5,1%	11,1%	28,5%	41,6%
Terceiros	13.662.911	4,4%	9,7%	24,9%	36,4%
Retido	21.060.454	6,8%	15,0%	38,4%	56,1%
Total - Valor Adicionado	140.281.359	45,4%	100,0%	256,0%	373,5%

A partir dos quadros 1 e 2, é possível identificar, dentre outros pontos, que:

- Nos dados econômicos e financeiros, com exceção da folha de pagamento, os demais valores mantêm uma proporção praticamente estável de um ano para outro;
- As empresas mantêm um padrão de investimento social interno em relação aos dados econômicos e financeiros;

- Nos indicadores de investimento social externo existe um aumento significativo na proporção com os dados econômicos e financeiros, principalmente nos valores referentes a tributos.
- Na destinação do valor adicionado ocorreu um aumento na parcela do governo em comparação com todos os dados econômicos e financeiros.

No Quadro 3, é possível identificar, dentre outros pontos, que:

- Os valores econômicos e financeiros aumentaram de 2004 para 2005, mesmo

Quadro 3 – Variação do investimento social interno e externo.

1. Dados Econômico-Financeiros	2004	2005	VARIÇÃO	
	Em mil R\$.	Em mil R\$.	Normal	Corrigido
Receita Líquida (RL)	270.254.530	308.796.391	14,26%	8,82%
Valor adicionado (VA)	119.090.596	140.281.359	17,79%	12,18%
Resultado Operacional (RO)	47.072.971	54.804.369	16,42%	10,88%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	33.722.818	37.560.001	11,38%	6,07%
2. Indicadores Sociais Internos				
Alimentação	2.236.593	2.499.648	11,76%	6,44%
Encargos sociais compulsórios	7.292.570	8.201.937	12,47%	7,11%
Previdência privada	1.659.303	1.780.088	7,28%	2,17%
Saúde	1.453.112	1.748.144	20,30%	14,57%
Segurança e medicina no trabalho	179.309	188.631	5,20%	0,19%
Educação	66.390	69.824	5,17%	0,16%
Cultura	26.842	23.272	-13,30%	-17,43%
Capacitação e desenvolvimento profissional	341.887	474.958	38,92%	32,31%
Creches ou auxílio-creche	118.746	137.129	15,48%	9,98%
Participações nos lucros ou resultados	2.527.668	3.582.123	41,72%	34,97%
Outros	581.657	606.636	4,29%	-0,67%
Total – Ind. Sociais Internos	16.484.077	19.312.390	17,16%	11,58%
3. Indicadores Sociais Externos				
Educação	254.258	207.062	-18,56%	-22,44%
Cultura	238.371	303.349	27,26%	21,20%
Saúde e saneamento	184.693	318.989	72,71%	64,49%
Habitação	34	0	-100,00%	-100,00%
Esporte	77.177	77.103	-0,10%	-4,85%
Lazer e diversão	230	1.379	499,57%	471,01%
Creches	40	5	-87,50%	-88,10%
Alimentação	1.296	31	-97,61%	-97,72%
Combate à fome e seg. alimentar	89.902	275.155	206,06%	191,49%
Outros	511.995	1.081.277	111,19%	101,13%
Total das contribuições para Sociedade	1.357.996	2.264.350	66,74%	58,80%
Tributos (excluídos enc. sociais)	51.394.044	65.191.916	26,85%	20,81%
Total – Ind. Sociais Externos	52.752.040	67.456.266	27,87%	21,78%
4. Destinação do valor adicionado				
Governo	45.671.655	56.758.181	24,27%	18,36%
Colaboradores	29.309.389	33.174.087	13,19%	7,80%
Acionistas	13.553.756	15.625.726	15,29%	9,80%
Terceiros	12.593.447	13.662.911	8,49%	3,33%
Retido	17.962.349	21.060.454	17,25%	11,66%
Total - Valor Adicionado	119.090.596	140.281.359	17,79%	12,18%

quando desconsiderados os efeitos inflacionários;

- Os investimentos em indicadores sociais internos também aumentaram, principalmente na capacitação profissional e na participação nos lucros e resultados, mas os investimentos em cultura caíram significativamente;
- Os investimentos em indicadores sociais externos aumentaram mais que os internos, principalmente no combate à fome e segurança alimentar. O aumento exagerado do investimento em lazer e diversão se deve

a um investimento baixo em 2004 para um investimento maior em 2005, mas que não representa nada em relação aos dados econômicos e financeiros;

- O aumento representativo no item outros dos indicadores sociais externos deriva do fato de que algumas empresas não subdividiram seus valores nos demais itens, ficando sobrecarregado esse item;
- A destinação do valor adicionado deixa claro que houve um aumento na parcela destinada ao governo, superior aos demais, e, conjuntamente com o aumento da

parcela retida do valor adicionado reduziu as parcelas dos colaboradores, acionistas e terceiros.

O quadro 4 destaca os indicadores do corpo funcional.

Nos Quadros 2, 3 e 4 estão demonstrados os dados acumulados extraídos do BS publicado pelas 69 empresas da amostra. Alguns desses dados foram simplesmente somados, outros foram incorporados aos dados pré-existentes. Diante desses, dados é

Quadro 4 – Variação dos indicadores do corpo funcional.

5. Indicadores do Corpo Funcional	2004		2005		VARIÇÃO
	Unidades	%	Unidades	%	
Nº de empregados(as) ao final do período	477.123		499.963		4,79%
Nº de admissões durante o período	82.927	17%	101.882	20%	22,86%
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	139.835	29%	156.686	31%	12,05%
Nº de estagiários(as)	24.235	5%	23.716	5%	-2,14%
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	93.101	20%	98.328	20%	5,61%
Nº de mulheres que trabalham na empresa	166.361	35%	179.780	36%	8,07%
Nº de mulheres em cargos de chefia	49.464	10%	54.824	11%	10,84%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	57.299	12%	67.313	13%	17,48%
Nº de negros em cargos de chefia	6.398	1%	8.013	2%	25,24%
Nº portadores de defic. ou necessidades especiais	8.795	2%	9.240	2%	5,06%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		29,73%			30,50%
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		11,17%			11,90%
Relação maior / menor remuneração da empresa	30,49		7,60		23,32%
Número total de acidentes de trabalho	101,65		120,98		19,02%
RL p/empregado	566,43		617,64		9,04%
VA p/empregado	249,60		280,58		12,41%
RO p/empregado	98,66		109,62		11,11%
FPB p/empregado	70,68		75,13		6,29%
VA destinado aos colaboradores p/empregado	61,43		66,35		8,02%

No Quadro 4, é possível identificar, dentre outros pontos, que:

- Houve um aumento no número de pessoas empregadas, haja vista o aumento de pessoas empregadas no final do período e o número de contratações;
- Houve um aumento significativo de negros em relação ao total de pessoas empregadas e principalmente um aumento de negros em cargos de chefia;
- O número de mulheres empregadas em relação ao total também aumentou, bem como sua participação em cargos de chefia;
- A relação homens/mulheres manteve-se pouco acima de 1/3 nos dois anos e a relação de mulheres em cargos de chefia ficou pouco abaixo de 1/3 nos dois anos;
- A relação entre o maior e o menor salário aumentou significativamente nos dois anos, demonstrando o distanciamento entre as classes sociais.

possível visualizar algumas das informações que o BS divulgado segundo o Modelo IBASE pode fornecer aos usuários, primordialmente à sociedade em que está inserida. Os dados crus normalmente não têm muito a dizer, mas quando analisados em conjunto, comparados com outras empresas, acumulados com os de outras empresas ou conjugados com outros dados podem fornecer informações pertinentes a quem analisa este demonstrativo contábil.

4.2 Análise complementar dos dados

Um dos objetivos do presente estudo era verificar quais informações relevantes podem ser extraídas do BS, segundo o modelo do IBASE, divulgado pelas empresas brasileiras. Esse objetivo foi atingido em grande parte, conforme visto no item 4.1 deste estudo. Alguns pontos não foram analisados, tais como os indicadores ambientais, que em muitas empresas não foram informados e que não leva o leitor a conclusões relevantes, da forma como está estruturado. Outro ponto que foi demonstrado e analisado apenas em uma pequena parte são as informações relevantes

quanto ao exercício da cidadania empresarial, em que são relatados apenas dados não qualitativos e muito restritos, contribuindo apenas para um posicionamento superficial quanto às políticas de cidadania da empresa.

O outro, e principal objetivo, era verificar se o modelo IBASE consegue atingir os objetivos propostos na literatura. Em função disso, foram definidos que os objetivos que serão utilizados no presente estudo são aqueles objetivos gerais evidenciados nas definições do BS, ou seja, demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio, refletir o comprometimento com as necessidades básicas da população e suprir as necessidades de informações de caráter social e ecológico. Justifica-se esta escolha porque os objetivos específicos são originados dos objetivos gerais e, portanto, para que os objetivos gerais estejam sendo alcançados, é necessário que alguns dos objetivos específicos à eles pertinentes também estejam sendo alcançados.

Na sequência, são analisadas as informações obtidas dos Balanços Sociais segundo o modelo IBASE à luz de cada um dos três objetivos, tentando identificar se o BS realmente fornece informações suficientes para atender aos objetivos. Não se pretende esgotar o assunto, mas apenas levantar alguns pontos considerados pertinentes para o desenvolvimento da ciência contábil. Para iniciar esta discussão, seria extremamente importante conhecer as necessidades de informações dos usuários do BS, mas como isso não é possível e não é o objetivo desse estudo, assumiremos que o conhecimento destas necessidades é no mínimo aquilo que os autores deste estudo percebem.

a) Demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio

Por interação da empresa com o meio entende-se como a ação recíproca entre ambos, ou seja, o meio fornece para a empresa os recursos necessários para sua subsistência e esta devolve ao meio os recursos necessários para compensá-lo. Os salários pagos aos funcionários, os tributos pagos e os lucros distribuídos são formas de retribuir ao meio pelos recursos disponibilizados. Mas existem outros recursos que não são

facilmente identificáveis, como por exemplo, os recursos naturais, o direito de exploração de uma atividade poluidora, a dependência local pela empresa, entre muitos outros.

O BS segundo o modelo IBASE não chega a demonstrar a interação da empresa com o meio, mas apenas destaca alguns pontos dessa interação. Existe a necessidade de outras informações quantitativas e qualitativas, para que seja possível estabelecer se existe um relacionamento de interação entre a empresa e o meio.

Para que o BS demonstrasse toda a interação entre a empresa e o meio, seriam necessários muito mais dados dos que hoje são apresentados e muitos além daqueles dos que hoje estão disponíveis nas empresas. Não se pretende que o BS evidencie todas as informações que os usuários por ventura venham a necessitar, mas que o atual volume de informações seja implementado, fornecendo subsídios mais consistentes para que se possa demonstrar a interação da empresa com o meio.

Nesse ponto, além de muitas outras sugestões que cada usuário do BS poderia ter, sugere-se que ao menos ficasse evidenciado os patrocínios a equipes esportivas e a eventos culturais, as contribuições para implementação e/ou manutenção de escolas e hospitais, indicação de pessoas beneficiadas por programas implementados ou apoiados pela empresa, etc. Por exemplo, a implantação de um centro cultural pode gerar lazer e cultura para a sociedade.

b) Refletir o comprometimento com as necessidades básicas da população

Supondo que as necessidades básicas da população sejam no mínimo, conforme relaciona a Constituição Brasileira, ou seja, moradia, vestuário, alimentação, saúde, higiene, educação, lazer, etc., é possível destacar que alguns pontos são mais privilegiados pelas empresas que outros, como é o caso do investimento interno em capacitação profissional e na participação nos lucros ou resultados.

O modelo do IBASE não contempla todos os itens que a Constituição chama de 'necessidades básicas da população'. Com relação apenas aos

dados destacados no modelo IBASE, em sua maioria, manteve os mesmos patamares nos dois períodos analisados, em relação à receita líquida ou ao resultado operacional, refletindo que não houve um comprometimento adicional com as necessidades básicas da população, mas apenas um incremento em pontos específicos, como é o caso dos tributos.

A carência de investimentos foi destacada no estudo de Pinto e Ribeiro (2004, p. 29) “Investimentos com vistas a atender às necessidades básicas dos trabalhadores, tais como: educação, saúde, transporte, lazer etc.; políticas voltadas à valorização, ao desenvolvimento profissional e reconhecimento do trabalho dos empregados, foram informados pela minoria das empresas examinadas”.

Uma dificuldade que surge nesse ponto é definir qual o nível que os indicadores precisam atingir para refletir o comprometimento da empresa. Apenas destinar algum numerário para rubricas que fazem parte das necessidades básicas da população não representa o comprometimento da empresa com estas. Mas o que pode refletir o nível de comprometimento? Talvez o nível de informações que as empresas podem fornecer atualmente ainda não chegue a refletir esse comprometimento, mas com certeza, apenas os dados que constam do BS, segundo o modelo IBASE, estão muito aquém daquilo que se torna necessário para esbarrar de leve na reflexão do comprometimento.

Nesse ponto, muitas ações que não geram desembolsos diretos podem ser incluídas para demonstrar o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população. A demonstração da evolução do nível de escolaridade dos colaboradores, enquanto funcionários da empresa, pode dar indícios do comprometimento com a educação. O incentivo, e talvez até a destinação de parte da carga horária dos colaboradores, para a realização de trabalho voluntário pode dar sinais do comprometimento da empresa com o lazer, saúde, etc. A promoção ou o incentivo de programas assistenciais podem demonstrar o comprometimento da empresa com a moradia, a alimentação, etc.

c) Suprir as necessidades de informações de caráter social e ecológico

Como não se conhece as informações que os usuários necessitam, é difícil saber como supri-la, mas, imaginando que também somos usuários dessas informações, então é possível inferir que o BS não supre as necessidades de informações de caráter social, fornecendo apenas algumas informações incipientes. Quanto às informações ecológicas, é possível afirmar que praticamente inexistem, já que dos poucos dados relativos a esse tema no modelo estes não são informados pela maioria das empresas. Entende-se que suprir não seja em caráter totalitário, mas sim em um nível que possa ser considerado no mínimo satisfatório.

Seria extremamente relevante que as empresas divulgassem informações sobre o total de investimentos em projetos sociais e de recuperação ambiental segregados, dando condições de suprir algumas necessidades de informações. Para Gray (2001, p. 14), “Nós devemos urgentemente mudar nossa atenção para os problemas de como reportar a sustentabilidade, e especialmente para assunto de justiça social. Neste caso, eu temo, o passado tem pouco a nos ensinar” (tradução livre).

d) Considerações sobre os objetivos

As informações disponíveis no BS, que na maioria dos casos é informada em valores monetários (absolutos ou relativos) deixam a desejar pela falta de outras informações não monetárias, para que forneçam dados adicionais para uma análise mais efetiva. Mazzioni, Oliveira e Tinoco (2006, p. 9) identificaram as informações que devem ser priorizadas na divulgação do BS. Os mesmos autores (2006, p. 11) indicam que o BS é um instrumento voltado a evidenciar as ações que as empresas tomam, com destaque para os seguintes grupos, prioritariamente:

- a) Responsabilidade social: não se trata de fazer filantropia apenas, ou doações caritativas, mas assumir um posicionamento social responsável e de elevada cidadania;

- b) Recursos humanos: o modo pelo qual a organização se relaciona com os empregados da instituição; a preservação de direitos individuais e coletivos; remuneração e benefícios concedidos; pessoas ocupadas no fim de cada exercício: por categoria, sexo, instrução, idade, estado civil e raça; formação profissional e desenvolvimento contínuo;
- c) Valor agregado: evidenciar a riqueza gerada e de que maneira é distribuída;
- d) Meio ambiente: projetos e ações de proteção, recuperação e melhoria do meio; indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável;
- e) Outros: informações para suporte ao processo decisório, dados sobre a satisfação e insatisfação social dos diferentes agentes econômicos em relação ao desempenho da entidade, a participação dos empregados no processo decisório.

Freire, Botelho e Nunes (2001, p. 28) e Kroetz (2001, p. 60-61) já identificavam modelos para o BS tentando suprir algumas das falhas do modelo IBASE. Nesses modelos as informações que hoje constam do modelo IBASE eram previstas, além de informações adicionais, chegando os primeiros a sugerir uma ponderação dos indicadores pelas opiniões dos usuários.

6 Considerações finais

O BS é uma ferramenta importante para a evidenciação do comprometimento das empresas com a sociedade, além do compromisso legal. Para Oliveira (2005, p.3), “O Balanço Social, [...], surge como uma das principais ferramentas para sintetizar e disponibilizar as informações sobre como a empresa vem trabalhando as questões sócio-ambientais”. No entanto, Ainda é incipiente para atingir aos objetivos propostos na literatura, se apresentado pelas empresas, conforme o modelo do IBASE, existindo a supremacia de dados quantitativos,

em detrimento de dados qualitativos, e a carência de mais informações concretas necessárias para atender aos anseios da sociedade.

Não se pretende, em hipótese alguma, desmerecer o trabalho realizado pelo IBASE e nem tampouco o modelo por ele utilizado, até porque alguma informação ainda é melhor que nenhuma e trata-se de uma iniciativa louvável. No entanto, o que se pretende é retomar o debate em relação às informações que as empresas geram para o meio em que estão inseridas e se essas informações podem atender aos objetivos propostos na literatura, buscando sempre a evolução da ciência contábil.

Os autores do modelo IBASE idealizaram o BS e seus objetivos a partir de informações que lhes eram pertinentes à época. Passados vários anos, desde que o sociólogo Betinho iniciou seu trabalho em prol da implantação do BS no Brasil e que os Balanços Sociais são evidenciados pelo modelo proposto, com as alterações que já se sucederam, torna-se necessário um novo *upgrade* do modelo, com vistas ao fornecimento de informações mais consistentes. Segundo Oliveira (2005, p. 15), “O aprimoramento contínuo do Modelo IBASE de BS (já foram feitas algumas revisões ao longo dos anos) tem permitido a introdução de mais variáveis quantitativas e qualitativas. Espera-se que no futuro as comparações possam ser feitas com melhores parâmetros e informações mais confiáveis”.

Mesmo quando o BS é divulgado em outro padrão, as empresas não conseguem abranger um número satisfatório de informações, conforme destacado por Pinto e Ribeiro (2004, p. 32), “À luz dos conceitos estudados, considera-se que o conteúdo dos Balanços Sociais é bastante insatisfatório. Nenhum dos indicadores foi informado pela unanimidade das empresas. Muitas informações relevantes não foram evidenciadas em nenhum balanço”. Os mesmos autores sugerem que o modelo IBASE contenha ainda uma série de outras informações.

Portanto, é possível considerar que as informações fornecidas atualmente pelas empresas não atingem o nível desejado, de acordo com os objetivos encontrados na literatura. Muitas coisas

precisam ser implementadas, mas esbarram em diversas dificuldades. Por outro lado coisas simples podem ser implementadas e evidenciadas, como, por exemplo, o nível de escolaridade, que poderia ser evidenciado simplesmente informando o percentual de funcionários analfabetos, com o primeiro grau incompleto, o primeiro grau completo, e assim por diante. Além disso, qual o percentual de funcionários que melhoraram seu grau de escolaridade durante o tempo em que esteve empregado na empresa e como a empresa participou dessa evolução.

Um fato que parece consenso para maioria dos autores pesquisados, com pequenas variações entre eles, é que a divisão do BS usada no modelo IBASE deveria ser diferente, usando ao invés de indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais e indicadores de quadro funcional, para indicadores laborais, sociais, ambientais e do corpo funcional, além de informações adicionais tais como lucro líquido e faturamento bruto, entre outras (VASCONCELOS, 2001; PEROTTONI, 2001; KROETZ, 2001; MAZZIONI; GALANTE; KROETS, 2006). Estes ainda podem ser divididos em monetário e não-monetários, internos e externos, ou qualquer outra subdivisão que se achar pertinente.

Mesmo que o BS divulgado segundo o modelo IBASE, ou qualquer outro, não consiga atingir plenamente os objetivos propostos na literatura, isso não significa que ele é inútil. Alguma informação ainda é melhor que nenhuma. O não

atingimento pleno dos objetivos apenas indica que existe a necessidade de uma melhoria na qualidade das informações nele disponibilizadas e que os objetivos propostos podem ser atingidos com melhorias incrementais nos modelos atuais.

Este estudo apresenta algumas limitações, dentre as quais a adoção apenas do modelo IBASE para análise, a limitação dos objetivos apenas nos três propostos na definição do BS, o número de empresas, o número de períodos, a utilização de períodos não recentes e o número limitado de sugestões para aprimoramento do modelo de BS. Por outro lado, confirmou-se que o BS, segundo o modelo IBASE, precisa evoluir, conforme já vem ocorrendo, e que cabe aos pesquisadores da ciência contábil contribuir nesse processo.

Como sugestões para futuros estudos, indicam-se:

- Ampliar o estudo para outros modelos de evidenciação do BS;
- Verificar a evolução histórica nos modelos de BS, principalmente do IBASE;
- Discutir detalhadamente cada uma das informações constantes do modelo atual, em confronto com os objetivos propostos pela literatura;
- Comparar modelos utilizados em outros países com o modelo brasileiro, buscando naqueles pontos relevantes que possam aprimorar este.

Referencias

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, Ed. Comemorativa, Out, 2003, p. 7 – 29.

DOH, J. P. GUAY, T. R. (2006). Corporate social responsibility, public policy, and NGO activism in Europe and the United States: an institutional-stakeholder perspective. **Journal of Management Studies**. v. 43, n. 1, Jan, 2006, p. 47-73.

FREIRE, F. S.; BOTELHO, D. R.; NUNES, F. M. Balanço social abrangente: ferramenta contábil eficaz para mensuração do papel social das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 130, Jul/Ago, 2001, p. 23-33.

GRAY, R. Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? **Business Ethics: A European Review**. v. 10, n. 1, Jan, 2001, p. 9 – 15.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E., GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003. P. 32 – 34.

KROETZ, C. E. S. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Balanco social: uma proposta de normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 129, p. 53-63, Mai/Jun, 2001.

LISBOA NETO, H. **Organização das informações do balanço social em instituição financeira como instrumento de gestão de sua responsabilidade social**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, 2003. 145 P.

MAZZIONI, S.; OLIVEIRA, A. B. S.; TINOCO, J. E. P. Informações evidenciadas no Balanço Social: as percepções dos gestores de forma comparativa com a literatura. In. XXX Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). **Anais eletrônicos...** Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

MAZZIONI, S.; GALANTE, C.; KROETS, C. E. S. Delineamento de um modelo de Balanço Social para prefeituras municipais. In. 6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2006. 1 CD-ROM.

McWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. S.; WRIGHT, P. M. Corporate social responsibility: strategic implications. **Journal of Management Studies**. v. 43, n. 1, Jan, 2006, p. 1 – 18.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE - Eletrônica**, v. 4, nº 1, art. 2, Jan/Jul, 2005. Disponível em <<http://www.rae.com.br/eletronica>>.

PEROTTONI, M. A. Balanço social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 134, Mar/Abr, 2002, p. 51-59.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**. São Paulo, n. 36, Set/Dez, 2004, p. 21 – 34.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 01 – 25.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado – Como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SJÖSTRÖM, E.; WELFORD, R. Facilitators and impediments for socially responsible investment: a study of Hong Kong. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**. v. 16, 2009, p. 278-288.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Balanco social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 135, p. 57-73, maio/jun. 2002.

VASCONCELOS, Y. L. Melhorando a qualidade da informação no Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 132, p. 83-95, nov./dez. 2001.

WADDOCK, S. Building a new institutional framework for corporate responsibility. **Academy of Management Perspectives**. v. 22, n. 3, Aug, 2008, p. 87-108.